



# Boletim de Legislação



**EJEJ** - escola que forma e informa

**Nº 630 – 10 de março de 2021**

**Abrangência: 27/02/2021 a 05/03/2021**

Com o objetivo de fornecer aos magistrados e servidores em geral as informações de que necessitam para o desempenho de suas atividades e de criar subsídios para que se mantenham atualizados, a EJEJ disponibiliza, semanalmente, este Boletim.

Seu conteúdo é uma seleção da legislação e de atos normativos do TJMG, inclusive da Corregedoria, publicados nos Diários Oficiais (DOU, DJU, DJe, MINAS GERAIS e DOM), tendo em vista a competência do Tribunal e a relevância da matéria para as funções jurisdicionais e administrativas.

## LEGISLAÇÃO FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 10.636	DOU; 01/03/2021	Altera o Decreto nº 9.278, de 5.2.2018, que regulamenta a Lei nº 7.116, de 29.8.1983, que assegura validade nacional às Carteiras de Identidade e regula sua expedição.	<a href="#">Dec. 10.636</a> (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 10.637	DOU; 01/03/2021	Altera o Decreto nº 10.625, de 11.2.2021, que dispõe sobre a execução orçamentária dos órgãos, dos fundos e das entidades do Poder Executivo federal até a publicação da Lei Orçamentária de 2021, e sobre a programação financeira.	<a href="#">Dec. 10.637</a> (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 10.638	DOU; 02/03/2021	Altera o Decreto nº 5.059, de 30.4.2004, que reduz as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação e a comercialização de gasolina, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo e querosene de aviação.	<a href="#">Dec. 10.638</a> (Site da Presidência da República)

<p><b>DECRETO Nº 10.641</b></p>	<p>DOU; 03/03/2021</p>	<p>Altera o Decreto nº 9.637, de 26.12.2018, que institui a Política Nacional de Segurança da Informação, dispõe sobre a governança da segurança da informação, e altera o Decreto nº 2.295, de 4.8.1997, que regulamenta o disposto no art. 24, caput, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 21.6.1993, e dispõe sobre a dispensa de licitação nos casos que possam comprometer a segurança nacional</p>	<p><a href="#">Dec. 10.641</a> (Site da Presidência da República)</p>
<p><b>LEI Nº 14.120</b></p>	<p>DOU; 02/03/2021</p>	<p>Altera a Lei nº 9.991, de 24.7.2000, que dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, e dá outras providências; a Lei nº 5.655, de 20.5.1971, que dispõe sobre a remuneração legal do investimento dos concessionários de serviços públicos de energia elétrica, e dá outras providências; a Lei nº 9.427, de 26.12.1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências; a Lei nº 10.438, de 26.4.2002, que dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica, e dá outras providências; a Lei nº 10.848, de 15.3.2004, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera várias leis; a Lei nº 12.111, de 9.12.2009, que dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados e altera várias leis; a Lei nº 12.783, de 11.1.2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária e altera leis; a Lei nº 13.203, de 8.12.2015, que dispõe sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica; institui a bonificação pela outorga; e altera leis; e o Decreto-Lei nº 1.383, de 26.12.1974; transfere para a União as ações de titularidade da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) representativas do capital social da Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (INB) e da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (Nuclep); e dá outras providências.</p>	<p><a href="#">Lei 14.120</a> (Site da Presidência da República)</p>

LEI Nº 14.121	DOU; 02/03/2021	Autoriza o Poder Executivo federal a aderir ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 (Covax Facility) e estabelece diretrizes para a imunização da população.	<a href="#">Lei 14.121</a> (Site da Presidência da República)
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.034	DOU; 01/03/2021	Altera a Lei nº 7.689, de 15.12.1988, para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro, a Lei nº 8.989, de 24.2.1995, para modificar a concessão da isenção relativa ao Imposto sobre Produtos Industrializados incidente na aquisição de automóveis por pessoa com deficiência, revoga a tributação especial relativa à nafta e a outros produtos destinados a centrais petroquímicas, e institui crédito presumido da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social para produtos destinados ao uso em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação.	<a href="#">Med. Prov. 1.034</a> (Site da Presidência da República)

### ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 2.382	DOU; 01/03/2021	Disciplina os instrumentos de negociação de débitos inscritos em dívida ativa da União e do FGTS de responsabilidade de contribuintes em processo de recuperação judicial.	<a href="#">Port. 2.382</a> (Site da Imprensa Nacional)

### ATOS NORMATIVOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 63	DJE/CNJ; 01/03/2021	Institui Grupo de Trabalho denominado "Direitos indígenas: acesso à justiça e singularidades processuais".	<a href="#">Port. 63</a> (Site do CNJ)
PORTARIA Nº 65	DJE/CNJ; 02/03/2021	Designa os integrantes dos Comitês Estaduais Judiciais de Enfrentamento à Exploração do Trabalho em Condição Análoga à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas.	<a href="#">Port. 65</a> (Site do CNJ)
PORTARIA Nº 70	DJE/CNJ; 05/03/2021	Institui Grupo de Trabalho destinado à realização de estudos e apresentação de propostas com vistas à formulação de Política Nacional de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades, no âmbito do Poder Judiciário.	<a href="#">Port. 70</a> (Site do CNJ)

RECOMENDAÇÃO Nº 90	DJE/CNJ; 03/03/2021	Recomenda aos órgãos do Poder Judiciário a adoção de cautelas quando da solução de conflitos que versem sobre a desocupação coletiva de imóveis urbanos e rurais durante o período da pandemia do Coronavírus (Covid-19).	<a href="#">Recom. 90</a> (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 375	DJE/CNJ; 03/03/2021	Altera a Resolução CNJ n. 227/2016, que regulamenta o teletrabalho no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências, criando a Equipe de Trabalho Remoto e dando outras providências.	<a href="#">Res. 375</a> (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 376	DJE/CNJ; 05/03/2021	Dispõe sobre o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou demais designações na comunicação social e institucional do Poder Judiciário nacional.	<a href="#">Res. 376</a> (Site do CNJ)

### ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PROVIMENTO Nº 114	DJE/CNJ; 05/03/2021	Prorroga o prazo de vigência do Provimento nº 91, 22.3.2020, que dispõe sobre a suspensão ou redução do atendimento presencial ao público, bem como a suspensão do funcionamento das serventias extrajudiciais a cargo dos notários, registradores e responsáveis interinos pelo expediente, como medidas preventivas para a redução dos riscos de contaminação com o novo coronavírus, causador da COVID-19, e regula a suspensão de prazos para a lavratura de atos notariais e de registro; do Provimento nº 93, de 26.3.2020, que dispõe sobre o envio eletrônico dos documentos necessários para a lavratura de registros de nascimentos e de óbito no período de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN); do Provimento nº 94, de 28.3.2020, que dispõe sobre o funcionamento das unidades de registro de imóveis nas localidades onde foram decretados regime de quarentena pelo sistema de plantão presencial e à distância e regula procedimentos especiais; do Provimento nº 95, de 1º.4.2020, que dispõe sobre o funcionamento dos serviços notariais e de registro durante o período de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN); do Provimento nº 97, de 27.4.2020, que regula os procedimentos de intimação nos tabelionatos de protesto de títulos visando a redução dos riscos de contaminação com o novo coronavírus, causador da COVID-19 como medida preventiva de saúde pública nas referidas serventias extrajudiciais e do Provimento nº 98, de 27.4.2020, que dispõe sobre o pagamento dos emolumentos, acréscimos legais, dívidas e demais despesas através dos meios eletrônicos, como medida preventiva de saúde pública nas serventias extrajudiciais, visando a redução dos riscos de contaminação com o novo coronavírus, causador da COVID-19, e que poderá ser ampliado ou reduzido por ato do Corregedor Nacional de Justiça, caso necessário.	<a href="#">Prov. 114</a> (Site do CNJ)

## ATOS NORMATIVOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO Nº 724	DJE/STF; 04/03/2021	Institui o Comitê Executivo de Proteção de Dados para identificar e implementar as medidas necessárias à adequação do Supremo Tribunal Federal às exigências da Lei n. 13.709, de 14.8.2019 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).	<a href="#">Res. 724</a> (Site do STF)

## LEGISLAÇÃO MINEIRA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 48.140	Minas Gerais; 26/02/2021		<a href="#">Dec. 48.140</a> (Site da ALMG)
DECRETO Nº 48.144	Minas Gerais; 26/02/2021		<a href="#">Dec. 48.144</a> (Site da ALMG)
DELIBERAÇÃO DO COMITÊ EXTRAORDINÁRIO COVID-19 Nº 130	Minas Gerais; 04/03/2021	Institui o Protocolo Onda Roxa em Biossegurança Sanitário-Epidemiológico – Onda Roxa – com a finalidade de manter a integridade do Sistema Estadual de Saúde e a interação das redes locais e regionais de assistência à saúde pública, em razão da pandemia de COVID-19.	<a href="#">Delib. 130</a> (Site da ALMG)
DELIBERAÇÃO DO COMITÊ EXTRAORDINÁRIO COVID-19 Nº 131	Minas Gerais; 04/03/2021	Altera a Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 45, de 13 de maio de 2020, que aprova a reclassificação das fases de funcionamento das atividades socioeconômicas nas macrorregiões de saúde previstas no Plano Minas Consciente.	<a href="#">Delib. 131</a> (Site da ALMG)

## ATOS NORMATIVOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DELIBERAÇÃO Nº 2.762	Diário do Legislativo; 04/03/2021 e 05/03/2021	Dispõe sobre o funcionamento da Assembleia Legislativa e sobre as ações necessárias para a prevenção da infecção humana Covid-19.	<a href="#">Delib. 2.762</a> (Site da ALMG)

**ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 13	D.O.C.; 03/03/2021	Altera a Portaria n. 46/PRES./2020, que dispõe sobre as medidas temporárias de prevenção ao contágio da Covid-19, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.	<a href="#">Port. 13</a> (Site do TCEMG)
PORTARIA Nº 14	D.O.C.; 02/03/2021	Institui o Comitê Gestor do Teletrabalho, responsável pelo acompanhamento do trabalho à distância no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Port. 14</a> (Site do TCEMG)
PORTARIA Nº 16	D.O.C.; 02/03/2021	Institui o Comitê de Coordenação das Ações de Acompanhamento das Medidas de Combate à Pandemia do COVID-19 adotadas pelo Estado de Minas Gerais e pelos municípios, e dá outras providências.	<a href="#">Port. 16</a> (Site do TCEMG)

**ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
AVISO Nº 55	DJE; 05/03/2021	Avisa sobre a possibilidade de os desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais participarem de ações coordenadas de cooperação.	<a href="#">Aviso 55</a> (Site do TJMG)
AVISO CONJUNTO Nº 36	DJE; 03/03/2021	Torna sem efeito o Aviso Conjunto nº 32/PR/2021, de 1º de fevereiro de 2021.	<a href="#">Aviso Conj. 36</a> (Site do TJMG)
AVISO CONJUNTO Nº 37	DJE; 05/03/2021	Avisa sobre a expansão do Sistema "Processo Judicial Eletrônico - PJe" quanto às ações penais com denúncia ou queixa-crime oferecida, e os respectivos incidentes processuais e as ações conexas, nas unidades judiciárias que especifica.	<a href="#">Aviso Conj. 37</a> (Site do TJMG)
AVISO CONJUNTO Nº 38	DJE; 05/03/2021	Avisa sobre a desnecessidade de indexação das peças processuais, durante o procedimento de virtualização, para os processos que tramitam sob o rito da Lei federal nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.	<a href="#">Aviso Conj. 38</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.093	DJE; 01/03/2021	Constitui Grupo de Trabalho para realizar estudos com a finalidade de apresentar propostas destinadas ao atendimento da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 354, de 19 de novembro de 2020, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Port. 5.093</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.094	DJE; 01/03/2021	Revoga o inciso CCXCVI do art. 1º da Portaria da Presidência nº 3.320, de 25 de abril de 2016, que "autoriza a participação de servidores no Projeto Experimental de Teletrabalho de que trata a Portaria Conjunta da Presidência nº 493, de 25 de abril de 2016".	<a href="#">Port. 5.094</a> (Site do TJMG)

PORTARIA Nº 5.095	DJE; 01/03/2021	Acrescenta os incisos CCCXL, CCCXLI, CCCXLII e CCCXLIII ao art. 1º da Portaria da Presidência nº 3.320, de 25 de abril de 2016, que "autoriza a participação de servidores no Projeto Experimental de Teletrabalho de que trata a Portaria Conjunta da Presidência nº 493, de 25 de abril de 2016".	<a href="#">Port. 5.095</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.096	DJE; 01/03/2021	Estabelece as atribuições dos coordenadores dos Núcleos Regionais do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e altera o Anexo Único da Portaria da Presidência nº 4.948, de 20 de agosto de 2020.	<a href="#">Port. 5.096</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.097	DJE; 01/03/2021	Altera e prorroga o prazo previsto na Portaria da Presidência nº 4.672, de 19 de dezembro de 2019, que "Constitui Grupo de Trabalho para promover estudos e apresentar proposta de ato normativo com o objetivo de regulamentar a forma de autorização, destinação e destruição de armas de fogo, assessórios e munições apreendidos em procedimentos criminais no Estado de Minas Gerais".	<a href="#">Port. 5.097</a> (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.147	DJE; 03/03/2021	Altera a Portaria Conjunta da Presidência nº 1.025, de 13 de julho de 2020, que "Dispõe sobre o plano de retomada gradual das atividades do Tribunal de Justiça e da Justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais, consoante as avaliações epidemiológicas emitidas pelas autoridades estaduais e municipais de saúde e observadas as ações necessárias para a prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19), o plano de virtualização de processos físicos e dá outras providências".	<a href="#">Port. Conj. 1.147</a> (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.148	DJE; 03/03/2021	Suspende o expediente forense nas comarcas que menciona, integradas por municípios com classificação "Grau de Risco Roxo", de acordo com os parâmetros do Plano "Minas Consciente - Retomando a economia do jeito certo" do Governo do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Port. Conj. 1.148</a> (Site do TJMG)

### **ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 6.703 (EXTRATO)	DJE; 05/03/2021	Prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante designada pela Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 6.677/2020.	<a href="#">Port. 6.703</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.704	DJE; 05/03/2021	Designa juiz de direito para o exercício das funções de Diretor do Foro da Comarca de Nova Serrana.	<a href="#">Port. 6.704</a> (Site do TJMG)

PORTARIA Nº 6.705	DJE; 05/03/2021	Reconduz juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de Pouso Alegre.	<a href="#">Port. 6.705</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.706	DJE; 05/03/2021	Reconduz juíza de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de Igarapé.	<a href="#">Port. 6.706</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.710	DJE; 05/03/2021	Regulamenta a realização de depoimentos pessoais, oitivas de testemunhas e vítimas residentes fora da comarca e, quando for o caso, interrogatórios de réus presos na forma do art. 185 do Código de Processo Penal por sistema de videoconferência, na Justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Port. 6.710</a> (Site do TJMG)

*Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Documentação e Biblioteca*

Sugestões ou críticas: E-mail: [cobib@tjmg.jus.br](mailto:cobib@tjmg.jus.br)

*Para receber o Boletim de Legislação por meio eletrônico, envie e-mail para [cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br](mailto:cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br). O sistema remeterá uma mensagem de confirmação.*